



1903 - Pôster - XII ANPEd-SUL (2018)  
Eixo Temático 08 - Educação Superior

#### CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA UNIVERSITÁRIA

Richele Timm dos Passos da Silva - UFPel - Universidade Federal de Pelotas  
Egleslaine de Nez - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
Agência e/ou Instituição Financiadora: NÃO HÁ

##### Resumo:

Esse estudo discorre sobre a pesquisa universitária e suas políticas como processo histórico-social atravessado por significações políticas. Atualmente, o governo brasileiro impulsiona um projeto de universidade que articula medidas que se estendem entre avanços e retrocessos, considerado como um verdadeiro “desmonte” das instituições e das agências de fomento da ciência. Tem-se, na legislação, o perfil desejado da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que até o momento não foi concretizado. Em meio às brechas legais, organismos internacionais passam a interferir no modelo de produção do conhecimento recomendando proposições nas atividades da pesquisa. Documentos oficiais internacionais identificam a educação como “gasto” público. As políticas de financiamento para algumas áreas do conhecimento vêm sendo desgastadas ao longo das últimas décadas. A título de ilustração, o pouco financiamento destinado às Humanidades; e, recursos fartos às Tecnologias, Inovações, Agronegócio e Ciências Biomédicas. Urge, repensar a Universidade e sua função na produção do conhecimento, diante desse contexto de transformações sócio-políticas que tem sofrido os efeitos de uma nova forma do capital.

#### CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA UNIVERSITÁRIA

##### Resumo:

Esse estudo discorre sobre a pesquisa universitária e suas políticas como processo histórico-social atravessado por significações políticas. Atualmente, o governo brasileiro impulsiona um projeto de universidade que articula medidas que se estendem entre avanços e retrocessos, considerado como um verdadeiro “desmonte” das instituições e das agências de fomento da ciência. Tem-se, na legislação, o perfil desejado da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que até o momento não foi concretizado. Em meio às brechas legais, organismos internacionais passam a interferir no modelo de produção do conhecimento recomendando proposições nas atividades da pesquisa. Documentos oficiais internacionais identificam a educação como “gasto” público. As políticas de financiamento para algumas áreas do conhecimento vêm sendo desgastadas ao longo das últimas décadas. A título de ilustração, o pouco financiamento destinado às Humanidades; e, recursos fartos às Tecnologias, Inovações, Agronegócio e Ciências Biomédicas. Urge, repensar a Universidade e sua função na produção do conhecimento, diante desse contexto de transformações sócio-políticas que tem sofrido os efeitos de uma nova forma do capital.

**Palavras-chave:** Educação Superior. Pesquisa. Financiamento.

A universidade tem se deparado com desafios desta sociedade do conhecimento: educar profissionais e produzir conhecimento com fins social/humanístico ou visando o lado mercadológico da globalização capitalista. Essa dicotomia é resultado das mudanças no campo econômico, científico, social, político e tecnológico.

As concepções dos modelos clássicos de universidade serviram para estruturá-la no mundo, incluindo o Brasil. Contudo, para Oliveira (2010, p. 5), o que ocorreram “foram reformas, no sentido de transformá-las em uma instituição que pudesse de fato exercer as funções que a sociedade lhe atribui” e não mudanças significativas no seu papel social.

Ao final do século XIX, a universidade era a instituição que mais representou o projeto de modernidade. Segundo Morosini (2006), congregou tanto a ideia de

instituição do conhecimento como também é a principal responsável pela formação da estrutura epistêmica do Estado nacional moderno. O *ethos* da Universidade moderna é o conhecimento, que tem uma função consagrada na sociedade e ao mesmo tempo uma autonomia da sociedade (p. 63).

Lombardi (2011) explica que a universidade foi gerada sob impulso do desenvolvimento das ciências, do iluminismo e do enciclopedismo, não seguiram um modelo único, estabelecendo diferenciadas relações entre ciência, Estado e desenvolvimento econômico. Dessas relações emergiram o modelo francês ou napoleônico e o alemão ou humboldiano, que influenciaram significativamente a concepção e a estrutura da Educação Superior mundial.

Ressalta-se, o modelo alemão cuja “concepção de instituição de Educação Superior fundamentada na ciência, ou seja, na produção do saber” (MOROSINI, 2006, p. 228). A grande responsabilidade consistia no incremento da cultura como forma de garantir à nação alemã, o contato

com o desenvolvimento internacional.

No Brasil, o Governo Federal elabora seu projeto universitário articulando medidas entre avanços e retrocessos do regime democrático, levando em conta as influências e o contexto internacional. A Reforma de 1968 legisla sobre a universidade em relação à organização departamental, estrutura de pesquisa-ensino-extensão e pós-graduação. Marcou a atual concepção, no entanto, foi feita às pressas para oferecer uma resposta urgente aos movimentos sociais da época. Trouxe como base o perfil desejado: indissociabilidade, porém, não desconsiderando o modelo humboldtiano.

Oliven (2002) salienta que a Lei n. 5.540/68, dirigida às Instituições Federais de Ensino Superior, entretanto, como grande parte do setor privado dependia de subsídios governamentais, seu alcance ultrapassou as fronteiras do sistema público, atingindo as instituições privadas, que procuraram adaptar-se às orientações. Assim, ocorreu expansão do setor privado.

Na década de 80, os princípios de autonomia e o predomínio da pesquisa sobre as demais funções da Universidade foram se materializando. Inicia-se a consolidação de uma perspectiva de "Estado gerencialista", proposta de Luis Carlos Bresser-Pereira que culmina no Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado em 1995.

Costa (2008) coloca que essa reforma proposta por Bresser-Pereira

deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social, para se tornar seu promotor e regulador. O Estado assume um papel menos executor ou prestador direto de serviços mantendo-se, entretanto, no papel de regulador e provedor destes. Nesta nova perspectiva, busca-se o fortalecimento das suas funções de regulação e de coordenação, particularmente no nível federal, e a progressiva descentralização vertical, para os níveis estadual e municipal, das funções executivas no campo da prestação de serviços sociais e de infra-estrutura (p. 863).

Em meio às brechas legislativas, organismos internacionais passam a interferir na universidade: a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que iniciou sua atuação no Brasil em 1972, objetivando auxiliar a formulação e operacionalização de políticas públicas com atuação também com instâncias da sociedade civil; e, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), que se preocupa com questões de formação de mão-de-obra qualificada, emprego e desenvolvimento voltada aos interesses dos países ricos. Entre outras funções, essa organização auxilia os governos nas questões econômicas, sociais e de gestão (MOROSINI, 2006).

Nesse ínterim, a Organização Mundial de Comércio–World Trade Organization (OMC/WTO) que tem seus acordos discutidos, negociados e assinados pela maioria das nações envolvidas no comércio mundial e ratificado pelos respectivos parlamentos, amplia sua participação na Educação Superior; e o Banco Mundial (BM), através de sua concepção de universidade mundial que é o modelo de recomendações universais e uniformes, para as instituições de países subdesenvolvidos, ou em desenvolvimento, inferiu acento no documento La Enseñanza de 1995, reconhecendo a educação como "gasto" do Estado e a pesquisa como inviável de receber incentivos estatais (MOROSINI, 2006).

Para a pesquisa universitária, sinaliza-se a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), em 1938 e, a composição do Centro Brasileiro e dos Centros Regionais de Pesquisa (1956). A implantação dos cursos de pós-graduação, fase de instauração da atividade de produção de conhecimento no Brasil que se inicia efetivamente a partir 1950.

Outros dados relevantes para se compreender o avanço, financiamento e organização da pesquisa no Brasil são: a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), em 1985; o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 1951 e a Fundação de Capacitação de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em consequência do avanço científico; e, por fim, em 1990, as Fundações de Amparo à Pesquisa Estaduais (FAPs) (MOROSINI, 2009).

As políticas de pesquisa surgem nesse contexto discutindo políticas de Estado (com um caráter duradouro) e políticas de governo (que se alteram constantemente)<sup>[1]</sup>. Havia um intenso debate sobre a Pós-Graduação (*locus* predominantemente privilegiado de produção do conhecimento nas universidades) que estava em franca expansão e, era necessário adotar procedimentos de avaliação formalizados.

Machado e Bianchetti (2011) acrescentam que as pesquisas viraram ao longo dos anos reféns do capital e os pesquisadores, trabalhadores explorados por essa nova ordem de produção. Chauí (2003) e Machado (2011) preocupam-se com o produtivismo que estrangula as atividades docentes.

Atualmente, o financiamento da pesquisa no Brasil se dá por meio de diferentes sistemas e instituições de fomento. Os recursos institucionais são provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Algumas universidades públicas possuem suas próprias agências e fundos, que são geridos com o propósito de apoiar suas ações.

Percebe-se um incentivo na distribuição de recursos internacionais para a execução das pesquisas no Brasil, e isso seria um instrumento-chave para a cooperação e internacionalização do conhecimento, se não restringisse as áreas do conhecimento receptoras desse incentivo. Nesse contexto, se associa a responsabilidade acadêmica e política à produção da ciência e da tecnologia.

Não obstante, tem relevância refletir a tendência de "des"estruturação<sup>[2]</sup> das agências de financiamento brasileiras (CAPES, CNPq e FAPs) e uma "re"organização de fontes reguladoras do uso do recurso público para a execução da pesquisa com fundo privado internacional (Fundação Ford, Fundação Carolina, Santander, Fulbright, Laureate Education, entre outras).

Essas evidências sinalizaram o avanço do financiamento da pesquisa por agências diferentes, porém, mesmo avançando na produção de conhecimento, apesar dos desafios postos, o Brasil ainda está em 13º lugar em produção científica mundial (entre 2012 a 2016).

Diante disso, há que se admitir as mudanças recentes do cenário sócio-político brasileiro, no campo da produção da pesquisa nas universidades, o agravamento do processo de intensificação e precarização do trabalho docente. Utilizando-se das palavras de Bertolt Brecht: ["Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar \[...\] E agora não contente querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à humanidade pertence."](#)

#### Referências

BIANCHETTI, L. Os dilemas do coordenador de programa de pós-graduação: entre o burocrático-administrativo e o acadêmico pedagógico. BIANCHETTI, L.; SGUISSARDI, V. (orgs.). **Dilemas da pós-graduação: gestão e avaliação**. Campinas: Autores Associados, 2009.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista brasileira de educação**, n. 24. set./dez. 2003.

COSTA, F. L. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro. set./out. 2008.

GOERGEN, P. A pesquisa educacional no Brasil: dificuldades, avanços e perspectivas. **Em Aberto**. Brasília: INEP, a. 5, n. 31, jul./set. 1986.

OLIVEIRA, R. C. Educação superior, concepções e função social da universidade. **V Encontro de pesquisa em educação de Alagoas**. Maceió: UFAL, 2010.

OLIVEN, A. C. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (org.) **A educação superior no Brasil**. Brasília: CAPES, 2002.

LIPOVETSKY, G. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LOMBARDI, J. C. Prefácio. ARAUJO, J. C. **S.A universidade iluminista (1798-1921): de Kant a Max Scheler**. V. 1. Brasília: Liber Livro, 2011.

MOROSINI, M. C. **Enciclopédia de pedagogia universitária: Glossário**. v. 2. Brasília: Inep/Mec, 2006.

\_\_\_\_\_. A pós-graduação no Brasil: formação e desafios. **Revista Argentina de educación superior**. RAES. a.1. n.1 nov. 2009.

MACHADO, A. M. N.; BIANCHETTI, L. (Des) fetichização do produtivismo acadêmico: desafios para o trabalhador-pesquisador. **RAE**, São Paulo, v. 51, n. 3, maio/jun. 2011.

[1] Bianchetti (2009) diz que o governo quando assume sabe que seu período de permanência tem duração limitada e assenta suas ações em políticas “[...] que desejaria ver implementadas, denominando-as de ‘políticas do meu governo’” (p. 36 – grifo do autor). Porém, quando vê que seu governo está se extinguindo, busca desencadear estratégias para garantir que “[...] aquela que era uma política de governo, limitada portanto no tempo ao seu governo, se torne uma política de Estado, isto é, ganhe caráter de política permanente (p. 37 – grifo do autor).

[2] Conforme notícias ventiladas pelo governo federal.